



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
28ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Registro: 2015.0000652716

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0004890-87.2006.8.26.0093, da Comarca de Guarujá, em que é apelante MARIO DE JESUS TREVENZOLI e é apelada ROSA MARIA FORTES .

ACORDAM, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento aos recursos. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores DIMAS RUBENS FONSECA (Presidente sem voto), CELSO PIMENTEL E BERENICE MARCONDES CESAR.

São Paulo, 25 de agosto de 2015

GILSON DELGADO MIRANDA

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
28ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

2ª Vara Cível da Comarca de Guarujá
Apelação sem Revisão n. 0004890-87.2006.8.26.0093
Apelante: Mario de Jesus Trevenzoli
Apelada: Rosa Maria Fortes

Voto n. 7.442

RESPONSABILIDADE CIVIL. Acidente de trânsito. Vítima fatal. Sentença penal condenatória com trânsito em julgado que reconheceu a responsabilidade do apelante. Incabível rediscussão no que se refere à culpa. Inteligência do art. 935 do Código Civil. Dano moral caracterizado. Valor arbitrado com razoabilidade e proporcionalidade. Recursos de agravo retido e de apelação não providos.

Vistos.

Cuida-se de recurso de apelação interposto para impugnar a sentença de fls. 477/481, cujo relatório fica aqui adotado, proferida pelo juiz da 3ª Vara Cível da Comarca de Guarujá, Dr. Gustavo Gonçalves Alvarez, que julgou parcialmente procedentes os pedidos indenizatórios, condenando o réu ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 108.600,00.

O apelante, em preliminar, reitera o agravo retido de fls. 233/236, alegando ser necessário o sobrestamento do feito até o julgamento definitivo do processo criminal. No mérito, defende ausência de culpa pelo acidente e culpa exclusiva da vítima. Por fim, pugna pela redução do valor da indenização por dano moral.

Recurso interposto no prazo legal, isento de preparo por ser o apelante beneficiário da gratuidade da justiça

(fls. 242) e com contrarrazões da apelada (fls. 510/517).

Esse é o relatório.

Preliminarmente, conheço do agravo retido de fls. 233/236, mas nego-lhe provimento.

Como é cediço, diferentemente do que quer canalizar o réu, a responsabilidade civil é independente da criminal. Essa é a regra estampada no artigo 935 do CC. De fato, não é necessário aguardar o término da ação penal para que seja iniciada a demanda indenizatória pelo mesmo fato apurado naquele juízo. Isso ocorre porque é possível que uma conduta configure ilícito civil, mas não caracterize ilícito penal.

Em reforço, aliás, cumpre salientar que já existe sentença penal transitada em julgado em relação a esses fatos, ficando superada a questão da necessidade de sobrestamento do feito.

No mérito, o recurso de apelação não merece provimento.

Inicialmente, ressalto que tem plena incidência nesse processo o art. 935 do Código Civil, "in verbis": "a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal".

Nesse passo, verifica-se, quanto aos fatos objeto dessa ação, a existência de sentença penal condenatória com trânsito em julgado em 15-09-2014 (ver planilha dos Autos do Processo n. 0002535-41.2005.8.26.0093), que reconheceu a culpa do apelante no acidente.

Destaco alguns trechos do acórdão da respectiva apelação criminal (obtidos mediante consulta no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça) que julgou o recurso de apelação do réu na ação penal: “a testemunha Arnaldo, ouvida em Juízo, narrou, com detalhes, o ocorrido, corroborando os termos da denúncia. Relatou que, no dia dos fatos, caminhava juntamente com a vítima fatal Fábio pelo acostamento da Rodovia Don Domenico, ocasião em que sentiu um impacto no braço esquerdo, vindo a cair no solo, sendo socorrido por Davi. Viu Fábio caído de bruços, e notou que este sangrava pelo nariz e pela boca. Davi comentou com o depoente que o motorista de uma carreta freou o veículo, que formou um “L” na pista, provocando o acidente. O motorista da carreta não parou seu veículo, e Davi logrou apontar o caminhão aos policiais rodoviários, que o seguiram”.

E mais: “o laudo de vistoria de fls. 37/41, atesta que o veículo apresentava danos relacionados com a ocorrência, e o exame necroscópico de fl. 45 descreve os ferimentos sofridos pela vítima que deram causa à sua morte, apresentando-se em consonância com o arcabouço probatório coligido”.

Concluindo: “a imprudência do motorista emerge límpida e extreme de dúvidas, razão pela qual de rigor é a sua responsabilização criminal”.

Assim, resta superada a tese do apelante no que concerne à ausência de culpa do réu e à culpa exclusiva da vítima, notadamente porque a sentença penal condenatória faz coisa julgada no cível sobre os mesmos fatos (art. 935 do CC e 475-N, II, do CPC).

Por fim, quanto ao valor da indenização por danos morais, como é cediço, não existem critérios fornecidos pela lei. Nessa senda, a jurisprudência aponta alguns indicativos que

podem servir de parâmetros. Em geral recomenda-se evitar o enriquecimento sem causa do beneficiário e, ao mesmo tempo, repreender o agressor de modo perceptível no seu patrimônio. A ideia que se aceita hodiernamente é de se afastar o estímulo ao ilícito.

Esclarecedor sobre o tema é o precedente julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual “o arbitramento da condenação a título de dano moral deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao porte empresarial das partes, suas atividades comerciais, e, ainda, ao valor do negócio, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida, notadamente à situação econômica atual, e às peculiaridades de cada caso” (STJ, REsp n. 173.366-SP, 4ª Turma, j. 03-12-1998, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira).

Assim, atento aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e adequação, considerando o imensurável sofrimento causado pela perda do companheiro, não vislumbro nenhuma razão para minoração do valor arbitrado em primeiro grau no patamar de R\$ 108.600,00 (cento e oito mil e seiscentos reais).

Posto isto, nego provimento aos recursos de agravo retido e de apelação.

GILSON MIRANDA

Relator

Assinatura Eletrônica